

Falando de “sexo” com adolescentes

ANIZAURA LÍDIA
RODRIGUES DE SOUZA¹

BÁRBARA KELLY
GONÇALVES PEREIRA²

REGINA LIMA DE SOUZA³

RESUMO

Este trabalho descreve uma prática comunitária realizada em parceria com um Projeto de Extensão do curso de Psicologia do Unileste/MG, desenvolvida em uma escola na região do Vale do Aço. O trabalho consistiu na realização de encontros com os alunos abordando o tema sexualidade. As práticas possibilitaram a reflexão de uma temática repleta de tabus, além de proporcionarem para as alunas a aquisição de experiência e desenvolvimento de habilidades necessárias ao exercício da Psicologia.h

PALAVRAS-CHAVE: Psicologia comunitária. Adolescentes. Sexualidade.

ABSTRACT

That work describes a community practice, accomplished in partnership with a project of extension of the course of Psychology of Unileste/MG, developed at a school in the area of the Valley of the Steel. The work consisted of the accomplishment of encounters with the students approaching the theme sexuality. The practices made possible the reflection of a replete theme of taboos, besides they provide for the students the acquisition of experience and development of necessary abilities to the exercise of the psychology.

KEYWORDS: Community Psychology. Teenagers. Sexuality.

INTRODUÇÃO

A prática em Psicologia descrita neste artigo é fruto de um Projeto de Extensão e da disciplina de Psicologia Comunitária. Essa prática esbarra em algumas características apresentadas pelas pessoas que se utilizam do serviço da Psicologia Comunitária, sendo a maioria delas usuárias do serviço público, da rede social de apoio, em vulnerabilidade social e em conflito com a lei. Essas características são encontradas pelo fato de o Projeto de Extensão inicialmente ter sido criado com a finalidade de atender especificamente a esse público-alvo. Entretanto, tais características atualmente não se restringem a todos os ambientes onde são realizadas as práticas, uma vez que o Projeto de Extensão desenvolvido atende a programas em parceria com o Centro Universitário do Leste de Minas Gerais – Unileste/MG, onde a classe econômica da população em geral é diversificada.

Sobre as práticas extensionistas, Siveres (2008) traz alguns aspectos importantes em relação à

¹ Doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Mestre em Psicologia pela Universidade Gama Filho. Docente do curso de Psicologia e Coordenadora do Projeto de Extensão do UnilesteMG. Cel. Fabriciano, Brasil – anizaura@gmail.com

² Graduanda em Psicologia do UnilesteMG, Cel. Fabriciano, Brasil. Extensionista do Projeto e bolsista da FAPEMIG – bkgpereira@hotmail.com.

³ Graduanda em Psicologia do UnilesteMG, Cel. Fabriciano, Brasil. Extensionista do Projeto e bolsista da FAPEMIG – reginalima_psi@hotmail.com.

disseminação no contexto acadêmico e seus benefícios aos graduandos que a realizam e à população atendida. Segundo o autor, os Fóruns de Extensão, criados em instituições particulares de ensino, no ano de 2003, desenvolveram-se a partir de diversos projetos e programas com o intuito de expandir os conhecimentos e atender às demandas sociais. Ressalta ainda que, além de seu caráter institucional, a extensão é entendida como uma busca pela aprendizagem, em que o graduando procura acolher, cuidar e somar conhecimentos, contribuindo para sua formação pessoal e profissional, além de transformar o ambiente em que vive.

A partir disso, foi criado o Projeto de Extensão intitulado *Intervindo em comunidades: práticas de autogestão em diferentes contextos*, vinculado à Coordenadoria de Extensão da referida Instituição de Ensino Superior, tendo sido aprovado pelo Edital 002/2010. Seus objetivos principais consistem em oferecer ao futuro profissional de Psicologia e graduandos de áreas afins, um espaço de formação pessoal-profissional por meio da aproximação com a realidade e da prática extensionista, bem como proporcionar uma prática pautada em pesquisa e produção de conhecimento sobre a comunidade atendida.

As alunas extensionistas optaram por realizar a sua prática em uma escola municipal que recebe alunos da educação integral do Projeto Federal Mais Educação. Os encontros foram realizados quinzenalmente, na sala onde os alunos estudavam, e tiveram como tema a sexualidade, assunto de interesse deles, sendo o principal objetivo da intervenção ajudá-los a refletirem sobre a sexualidade de uma forma mais saudável e a conhecerem seu próprio corpo.

PSICOLOGIA COMUNITÁRIA

A Psicologia foi se desenvolvendo com o passar dos tempos e ganhando novos espaços, o que fez com que os psicólogos saíssem dos seus consultórios e fossem em busca de uma nova forma de atuação, respondendo assim às necessidades da sociedade. Dentro desse contexto, nasce a Psicologia Comunitária, com o objetivo de buscar uma aproximação com o cotidiano das pessoas (MENDONÇA, 2007). Segundo

a autora, o trabalho comunitário contribuiu para uma deselitização do trabalho do psicólogo, uma vez que ele teve que sair do seu consultório e ir ao encontro da população que carecia de atendimento psicológico.

De acordo com Gomes (1999), a definição do termo “psicologia comunitária” é algo novo e amplo, sendo difícil de conceituar e definir. Nela são incluídos os estudos realizados na Psicologia Social Aplicada às Comunidades, o Movimento de Saúde Mental Comunitário e outras práticas psicológicas relacionadas ao contexto comunitário. De acordo com o autor, o termo “psicologia comunitária” objetiva o desenvolvimento e a aplicação de instrumentos buscando a melhoria de vida da comunidade.

O objeto e a atuação material dessa área da Psicologia é a comunidade, sendo um termo que abrange de pequenos a grandes grupos sociais, e seu espaço se limita a qualquer habitat social. É algo muito mais amplo que a comunidade local; ela abrange “[...] todas as formas de relacionamento caracterizado por um grau elevado de intimidade pessoal, profundidade emocional, engajamento moral, coerção social e continuidade do tempo” (GOMES, 1999, p.73).

Uma prática recorrente no contexto comunitário é o assistencialismo, que é definido por Ramminger (2001) como uma política de exclusão que alimenta a miséria. Mendonça (2007, p. 37) ressalta que “[...] a assistência tende a deixar a comunidade como simples necessitada de benefícios e de amparo”. Segundo a autora, outra característica da Psicologia Comunitária é que ela enfatiza cada pessoa como um ser social, cujos problemas são causados também pela sociedade e não meramente pelas esferas pessoal e subjetiva, sendo dever do psicólogo se adequar às várias situações do cotidiano da comunidade. Ressalta ainda que as técnicas e as práticas comunitárias são amplas, adequando-se ao dia a dia da comunidade, o que faz com que o psicólogo busque uma sistematização de suas práticas e realize uma intervenção diferente em cada local onde trabalha (MENDONÇA, 2007).

O psicólogo possui um papel fundamental no contexto comunitário, entretanto, Ramminger (2001) ressalta que esse lugar ainda está confuso e que é o próprio psicólogo quem o alimenta, sem conseguir diferenciar sua prática da prática da assistência social.

A autora conclui dizendo que o papel do psicólogo na comunidade também passa pela escuta, é preciso escutar os silêncios, as possibilidades e os não ditos das pessoas.

PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO

O Ministério da Educação, desde 2004, com a criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), busca enfrentar as desigualdades presentes na educação brasileira, objetivando a universalização do acesso, a permanência e a aprendizagem na escola pública e a construção participativa da proposta de uma Educação Integral. Essa construção contou com o apoio dos órgãos federais, das organizações da sociedade civil, além dos atores do processo educativo (MOLL, 2009).

É uma construção dialogada entre vários Ministérios, como o da Educação, Cultura, Esporte e Meio Ambiente, entre outros, que tem o intuito de amenizar as desigualdades educacionais e favorecer a valorização da diversidade cultural (SANTOS et al. s/d).

O Programa abrange principalmente escolas de baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, nas capitais, regiões metropolitanas e grandes cidades em situação de vulnerabilidade social que necessitam de atenção priorizada nas políticas públicas e educacionais (SANTOS et al, s/d).

O Programa Mais Educação foi instituído pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Tem como objetivo ampliar a jornada escolar e a organização curricular, por meio de atividades socioeducativas no contraturno escolar, articuladas ao projeto de ensino desenvolvido pela escola, buscando assim, a implementação da Educação Integral (MOLL, 2009). O Decreto no 7.083/10 complementa os objetivos do Programa Mais Educação, sendo eles: formular política nacional de educação básica em tempo integral; promover diálogo entre os conteúdos escolares e os saberes locais; favorecer a convivência entre professores, alunos e suas comunidades; difundir as experiências das escolas que desenvolvem atividades de educação integral; e convergir políticas e programas de saúde, cultura, esporte, direitos humanos, educação

“

O objeto e a atuação material dessa área da Psicologia é a comunidade, sendo um termo que abrange de pequenos a grandes grupos sociais, e seu espaço se limita a qualquer habitat social.

”

ambiental, divulgação científica, enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes, integração entre escola e comunidade, para o desenvolvimento do projeto político-pedagógico de educação integral.

A Educação Integral, presente na legislação educacional brasileira, visa à compreensão do ser humano em suas várias dimensões e apresenta-se como um ideal que busca uma educação pública e democrática, direito dos brasileiros, além de propor a melhoria da qualidade da educação oferecida por meio da ampliação de tempo, de espaço e de atores envolvidos no processo educacional (SANTOS et al, s/d, p. 7):

O ideal da Educação Integral traduz a compreensão do direito de aprender como inerente ao direito à vida, à saúde, à liberdade, ao respeito, à dignidade e à convivência familiar e comunitária e como condição para o próprio desenvolvimento de uma sociedade republicana e democrática.

A escola é considerada o lugar de aprendizagem, de alfabetização por intermédio dos currículos e da transmissão dos saberes da sociedade; entretanto, o que o Programa deseja é descentralizar esse papel da escola como única instância educativa. Sua finalidade é propor um conhecimento para além da escola, uma aprendizagem para a vida, cidadã, integrando outros saberes, espaços educativos e a comunidade, entre outros.

O Programa Mais Educação é de responsabilidade da SECAD, juntamente com a Secretaria de Educação Básica, e funciona por meio de oficinas oferecidas aos alunos abordando atividades como: letramento, futebol, judô, natação, *hip hop*, danças, teatro, informática, educação para a saúde sexual, feiras de ciências e projetos científicos, entre outros. Ressalta-se que, para o desenvolvimento de cada atividade, o governo federal é quem repassa os recursos para pagamento de monitores e aquisição de materiais necessários (SANTOS et al, s/d).

CONTEXTUALIZANDO A PRÁTICA COMUNITÁRIA

A prática descrita neste artigo é fruto da disciplina Psicologia Comunitária, ministrada no quinto período do curso de Psicologia. O seu objetivo principal é oferecer aos alunos a primeira oportunidade de contato com a parte prática do curso, inserindo-os no contexto comunitário, permitindo, assim, que contribuam para a melhoria da qualidade de vida da população. Ressalta-se que essa disciplina é ministrada pela mesma professora responsável pelo Projeto de Extensão “Intervindo em comunidades: práticas de autogestão em diferentes contextos”, sendo oferecida aos alunos a oportunidade de participarem dele.

Para efetivação da prática, primeiramente os alunos escolheram o local e a população com os quais queriam trabalhar. Com tal autonomia, sentem-se mais seguros e confiantes para realizarem a intervenção. Sendo assim, as extensionistas escolheram o contexto escolar, pois é de interesse delas a área educacional para futura atuação profissional. As atividades foram desenvolvidas em uma escola municipal de tempo integral, da região do Vale do Aço, com uma turma contemplada pelo Programa Mais Educação.

Inicialmente, foi realizada uma visita à escola escolhida. As alunas se apresentaram, explicaram a proposta de prática da disciplina, bem como as intenções de a executarem ali. A escola demonstrou bastante interesse na proposta de intervenção e deixou “as portas abertas” para as alunas. Discutiu-se sobre o que poderia ser trabalhado na escola e se já havia ali uma demanda na qual fosse interessante uma intervenção. A pedagoga responsável pelo Programa Mais Educação, nessa escola, apontou uma turma de

quinto ano, com 12 alunos, com idades entre 11 e 14 anos, que, segundo ela, era uma turma bem difícil, com alunos indisciplinados. No entanto, foi-nos colocado o interesse de que fossem trabalhados com eles aspectos como autoestima, valores e crenças, visto que são alunos rotulados como “alunos-problemas” não somente pelo baixo rendimento escolar, mas por não apresentarem perspectiva de futuro.

“

Para efetivação da prática, primeiramente os alunos escolheram o local e a população com os quais queriam trabalhar. Com tal autonomia, sentem-se mais seguros e confiantes para realizarem a intervenção.

”

No diálogo com a pedagoga, foi explicitado que a proposta da intervenção não era levar um projeto pronto e executá-lo, mas, ao contrário, que se trabalhasse algo de interesse real dos alunos que vivenciariam a prática. Como a pedagoga indicou uma turma específica para o trabalho, foi proposto a ela que, inicialmente, conversássemos com os alunos, explicando a proposta da prática e buscássemos levantar se eles manifestavam desejo de vivenciar essa experiência e o que gostariam que fosse trabalhado naquele momento. Em conformidade, extensionistas e pedagoga combinaram os dias e horários dos encontros com a turma sugerida, de forma a não prejudicá-la nas atividades escolares. Os encontros foram realizados quinzenalmente, com duração de uma hora, sendo que, na semana entre os encontros, ocorria a supervisão com a professora orientadora.

No primeiro encontro com os alunos, foi feita a apresentação entre eles e as extensionistas. Em seguida, estas últimas conversaram com os alunos presentes, com o intuito de explicar como ocorreriam os encontros, caso aceitassem participar. Com a confirmação positiva dos alunos, questionou-se o que queriam conversar ou discutir nos encontros, e vários temas foram sugeridos por eles, como: valores, violência na escola, sexualidade e drogas. Nesse primeiro momento, a comunicação entre alunos e extensionistas foi difícil, pois eles ficaram muito eufóricos e queriam falar todos ao mesmo tempo.

**“
Conhecem sobre a
prática, o ato sexual, mas
não sobre a sexualidade,
inclusive, a grande maioria
não conhece o próprio
corpo, nem mesmo a
nomenclatura correta
dos órgãos genitais e do
aparelho reprodutor.
”**

Após acordado que o tema a ser trabalhado no segundo encontro seria drogas, foi realizada uma discussão sobre esse assunto, sendo levantadas questões como: o que são as drogas, quais eles conheciam e o que sabiam sobre seus efeitos e consequências. Os alunos demonstraram conhecimento e se mostraram bem conscientes em relação ao uso das drogas e suas consequências negativas, expressado por meio das falas: “*droga faz mal*”, “*droga faz o filho matar a mãe*” e, “*dá câncer de pulmão*”, entre outras. Relataram também que a droga é algo que faz parte do cotidiano deles, pela presença dela na própria família e entre os amigos da rua e do bairro onde moram. Contaram ainda que presenciaram muitas brigas, inclusive assassinatos, por causa do uso de drogas pelas pessoas que convivem

com eles. Ao final desse encontro, as extensionistas fizeram o fechamento fazendo pontuações acerca do relato dos alunos, enfatizando que o uso das drogas traz consequências negativas, que seu uso é prejudicial em todos os sentidos – saúde, relacionamento social com a família, com amigos – como já mencionado por eles anteriormente. Perguntaram ainda sobre o assunto que queriam discutir no próximo encontro e o tema sexualidade foi consensual.

Como os alunos eram menores de idade e, devido ao fato de estarem em um ambiente escolar, as extensionistas optaram por conversar primeiro com a pedagoga sobre o tema eleito, e se havia algum impedimento para que fosse trabalhado. As alunas ainda pediram que fosse enviada uma comunicação aos pais, explicando sobre a realização da atividade e se esse tema poderia ser debatido com os alunos, com o intuito de evitar qualquer transtorno, em especial à escola. A permissão foi concedida tanto pelos pais quanto pela escola.

Dessa forma, para o terceiro encontro, as extensionistas levaram uma dinâmica “Ouvi dizer que...”, adaptada pelo Projeto Memorial Pirajá da obra *Saúde sexual e reprodutiva* de Ricardo Cavalcanti (SERRÃO e BALEEIRO, 1999), cujo objetivo era levantar dúvidas, tabus e informações acerca do que conheciam sobre a sexualidade. A dinâmica consistia em entregar várias folhas com os seguintes temas distribuídos: DST/AIDS, Homossexualidade, Masturbação, Virgindade, Primeira vez, Ato sexual, Órgãos genitais e Menstruação, e nelas, os alunos escreveriam o que já ouviram dizer a respeito dos temas. Ressalta-se que eles tiveram dificuldades em saber o que significavam tais palavras apresentadas, conhecendo-as, entretanto, por nomenclaturas utilizadas pelo senso comum. As extensionistas explicitaram o que era cada uma, favorecendo a compreensão. À medida que eles foram escrevendo o que sabiam, fizeram perguntas em relação aos temas propostos, além de outros que não estavam nas folhas, como gravidez, pré-natal, ereção e ejaculação. Enfatiza-se que esse encontro foi bastante valioso para as extensionistas, que buscaram a superação de falar de um assunto tão comum, mas que é, ao mesmo tempo, tão difícil, principalmente para adolescentes, visto ser um tema que envolve valores pessoais e tabus.

Devido ao fato de o terceiro encontro ter rendido muitas discussões e o tempo ter sido curto para abranger todas elas, no quarto encontro, as extensionistas levaram as folhas novamente para dar continuidade à dinâmica. Percebeu-se, com a realização da dinâmica, que os adolescentes possuem vasto conhecimento sobre a questão do “sexo”, entretanto, é um conhecimento adquirido por meios que não proporcionam uma aprendizagem correta. Conhecem sobre a prática, o ato sexual, mas não sobre a sexualidade, inclusive, a grande maioria não conhece o próprio corpo, nem mesmo a nomenclatura correta dos órgãos genitais e do aparelho reprodutor.

No quinto encontro, devido ao fato de os alunos terem demonstrado o desconhecimento em relação aos nomes corretos dos órgãos genitais, entre outras expressões relacionadas ao sexo, foi levado um vídeo de uma entrevista com a psicóloga Eliane Rose Maio Braga (2008), sobre sua tese de doutorado intitulada “*Palavrões*” ou *palavras: um estudo com educadoras/es sobre sinônimos usados na denominação de temas relacionados ao sexo*, que foi ao ar em um programa de televisão. A tese retrata a realidade de muitas pessoas que colocam inúmeros apelidos para os órgãos genitais, para o ato sexual e para a masturbação, entre outros. Os alunos assistiram curiosos e atentos ao vídeo e acharam engraçado alguns nomes pouco convencionais, totalmente diferente dos mais populares que conheciam. Após o vídeo, foi realizada uma discussão, na qual eles expuseram opiniões, o que pensavam a respeito e o que acharam dele. Como nos outros encontros, surgiram muitas dúvidas, com esclarecimento por parte das extensionistas, além de outros assuntos que não faziam parte do vídeo, como a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis (DST/AIDS) e o sexo antes do casamento. Em relação a este último assunto, as extensionistas dialogaram com eles sobre a importância de se vivenciar uma sexualidade de forma saudável para cada um, questionando-os sobre o que pensavam sobre o ato sexual antes do casamento, e por que pensavam de tal forma. Segundo os relatos, percebeu-se que os alunos zelavam pelos seus valores ou crenças, ou ainda, demonstravam medo devido a alguma conversa que já escutaram antes. Alguns afirmavam: “*é pecado fazer sexo antes do casamento*”, ou ainda “*não pode*

“

De acordo com Mendonça (2007), o papel do psicólogo deve ser o de um facilitador dentro do contexto comunitário, devendo buscar dispositivos, esquemas e estratégias de mudanças para se trabalhar em comunidade, na qual cada pessoa possa desenvolver sua visão de mundo para resolver junto ao grupo as questões ali existentes ou surgidas.

”

transar antes do casamento porque senão o namoro termina com a gente”. As extensionistas enfatizaram a importância de eles buscarem cultivar seus valores e crenças, sim, e, caso acontecesse a relação sexual, ressaltaram a importância de tomarem as precauções de prevenção, tão enfatizadas atualmente.

No sexto e último encontro, as extensionistas conduziram a discussão buscando conscientizá-los sobre os métodos de prevenção e DST/AIDS. Foi mostrado um vídeo informativo intitulado *Sexualidade: prazer em conhecer*, que contemplava os assuntos retratados; entretanto, os alunos não demonstraram interesse em assistir a ele. Foram apresentados, então, alguns métodos anticoncepcionais expostos na cartilha *Saúde sexual e reprodutiva e métodos anticoncepcionais*, do Ministério da Saúde. Eles ficaram curiosos sobre como colocar as camisinhas, tanto masculina quanto feminina. As extensionistas explicaram como colocá-las. Houve uma positiva interação entre extensionistas e alunos. Foi finalizado o encontro com pontuações acerca dos temas discutidos.

Sendo este o último encontro, as extensionistas se despediram dos alunos e agradeceram a oportunidade e participação deles. Fizeram uma pequena avaliação oral, buscando dos alunos um retorno sobre sua aprendizagem e a validade (importância) dos encontros para eles. Em seguida, foram até a pedagoga, agradeceram a receptividade e a oportunidade de realizarem as atividades propostas ali; além disso, deram um *feedback* sobre suas percepções em relação ao aproveitamento por parte tanto dos alunos e delas mesmas, em relação à intervenção.

Os autores utilizados na Revisão de Literatura contribuíram significativamente para a prática realizada. De acordo com Mendonça (2007), o papel do psicólogo deve ser o de um facilitador dentro do contexto comunitário, devendo buscar dispositivos, esquemas e estratégias de mudanças para se trabalhar em comunidade, na qual cada pessoa possa desenvolver sua visão de mundo para resolver junto ao grupo as questões ali existentes ou surgidas. O modelo apresentado atualmente pela Psicologia de se trabalhar na comunidade exclui o modelo de assistencialismo, uma vez que é a própria comunidade quem dirige seu trabalho, tornando-se autogestora. Tais conhecimentos estimularam as extensionistas a favorecerem a comunicação com os alunos para que eles pudessem desenvolver suas próprias opiniões a respeito da sexualidade e respeitar as opiniões dos colegas e das outras pessoas.

Os objetivos dos trabalhos a serem desenvolvidos na comunidade devem ser definidos em conjunto, psicólogo e comunidade (MENDONÇA, 2007), o que colaborou para que as extensionistas, juntamente com os alunos, levantassem os assuntos que desejariam discutir e não utilizassem a demanda vinda da pedagoga.

Mendonça (2007) ainda destaca que o psicólogo se utiliza do saber informal da comunidade e esta se abstrai do saber formal do psicólogo, o que contribui diretamente para a formação da aprendizagem de ambos. Ao levar estudos e nomes científicos dos órgãos genitais, as extensionistas buscaram passar para os alunos um pouco mais de conhecimento, e, à medida que elas falavam e eles retornavam com os nomes populares, foram desenvolvidos mecanismos de trocas

entre eles.

Gomes (1999) contribui ao dizer que se tem buscado fazer uma Psicologia que atenda à demanda da comunidade sem muita preocupação entre a teoria e a técnica, pois cada intervenção depende do estilo e da forma de ser de cada comunidade. Dessa forma, a intervenção realizada na escola se desenvolveu conforme a resposta e o interesse dados pelos alunos e buscou desenvolver neles uma forma sadia de se pensar a sexualidade.

A Psicologia Comunitária ainda está em processo de construção, sendo desenvolvida a cada dia nas práticas realizadas pelos profissionais e alunos de Psicologia, contribuindo assim para a formação de teorias e técnicas dentro desse tema (GOMES, 1999).

CONCLUSÃO

A partir da inserção do psicólogo na comunidade, abriu-se espaço para intervenções em prol do desenvolvimento humano em diversos contextos, inclusive no ambiente escolar.

Com essa experiência vivenciada pelas extensionistas, foi possível perceber o quanto os adolescentes, ainda hoje, em meio a tanta propagação de informações, em especial pela mídia, encontram-se ainda sem formação e desinformados em relação ao tema sexualidade, inclusive sobre o próprio corpo e seu desenvolvimento. Possuem um saber que é aprendido na rua, com amigos, às vezes, até mesmo dentro de casa, porém de forma precarizada. Sabem como é a prática sexual, entretanto não conhecem o próprio corpo.

Assim, considera-se importante a conscientização desses adolescentes, de forma a abranger todos os assuntos que envolvem a sexualidade humana, como conhecimento do próprio corpo, prevenção e DST/AIDS, entre outros.

Observou-se, entretanto que são muito curiosos e que gostam de falar de "sexo", o que favoreceu uma melhor interação entre os alunos e as extensionistas, facilitando assim, a conscientização deles. Considera-se ainda que a intervenção foi positiva, tanto para os alunos, que tiveram a oportunidade de aprender mais sobre os

temas trabalhados, quanto para as extensionistas, que tiveram sua primeira prática extensionista realizada dentro do curso e suas superações em falar sobre sexualidade, sendo um assunto considerado difícil de ser discutido, principalmente com adolescentes, que são tão questionadores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GOMES, A. M. A. Psicologia comunitária: uma abordagem conceitual. **Psicologia Teoria e Prática**. São Paulo, v.1, n.2. 1999. Disponível em: <<http://www3.mackenzie.br/editora/index.php/ptp/article/view/1154/860>>. Acesso em: jun. 2011.

MENDONÇA, V. L. M. Produção de subjetividade e exercício de cidadania: efeitos da prática em psicologia comunitária. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**. São João del Rei, v. 2, n. 1, mar./ago. 2007. Disponível em: <<http://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistalapip/5artigo.pdf>>. Acesso em: jun. 2011.

MOLL, Jaqueline (Org.). **Educação integral**: texto referência para o debate nacional. Ministério da Educação. Brasília: Mec, Secad, 2009.

RAMMINGER, Tatiana. Psicologia comunitária X assistencialismo: possibilidades e limites. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 21, n. 1, março 2001. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932001000100005&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: jun. 2011.

SANTOS, Maria Eliane dos et al. **Programa Mais Educação**: passo a passo. Ministério da Educação. Brasília: Mec, Secad, s/d. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/passoapasso_maiseducacao.pdf>. Acesso em: mai. 2011

SERRÃO, Margarida; BALEEIRO, Maria Clarice. **Aprendendo a ser e a conviver**. 2. ed. São Paulo: FTD, 1999, p. 382.

SIVERES, Luiz. A extensão como um princípio de aprendizagem. **Revista Diálogos**. Brasília. v. 10, 2008. Disponível em: <<http://portalrevistas.ucb.br/index.php/RDL/article/view/1946/1266>>. Acesso em: ago. 2011.